

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Observando os mineiros trabalharem, você percebe, por um breve instante, como são diferentes os universos habitados por diferentes pessoas. Os subterrâneos onde se escava o carvão são uma espécie de mundo à parte, e é fácil viver toda uma vida sem jamais ouvir falar dele. É provável que a maioria das pessoas até prefira não ouvir falar dele. E, contudo, esse mundo é a contraparte indispensável do nosso mundo da superfície. Praticamente tudo que fazemos, desde tomar um sorvete até atravessar o Atlântico, desde assar um filão de pão até escrever um romance, envolve usar carvão, direta ou indiretamente. Para todas as artes da paz, o carvão é necessário; e, se a guerra irrompe, é ainda mais necessário. Em épocas de revolução, o mineiro precisa continuar trabalhando, do contrário a revolução tem que parar, pois o carvão é essencial tanto para a revolta como para a reação. Seja lá o que for que aconteça na superfície, as pás e picaretas têm que continuar escavando sem trégua — ou fazendo uma pausa de algumas semanas, no máximo. Porém, de modo geral, não temos consciência disso; todos sabemos que “precisamos de carvão”, mas raramente, ou nunca, nos lembramos de tudo o que está envolvido no processo para se obter carvão.

Aqui estou eu escrevendo, sentado diante da minha confortável lareira a carvão. De quinze em quinze dias, a carroça de carvão para na porta e uns homens de blusão de couro trazem o carvão para dentro de casa em sacos robustos, cheirando a piche, e o despejam no depósito de carvão embaixo da escada. É só muito raramente, quando faço um esforço mental bem definido, que estabeleço a conexão entre esse carvão e o penoso trabalho realizado lá longe, nas minas. É apenas “carvão”, algo que eu preciso ter, uma coisa escura que chega misteriosamente, vinda de nenhum lugar em especial, como o maná, só que devemos pagar por ele.

Seria fácil atravessar de carro todo o norte da Inglaterra sem lembrar, nem uma só vez, que, dezenas de metros abaixo da estrada, os mineiros estão atacando o carvão com suas picaretas. E, contudo, são eles que estão fazendo seu carro andar. O mundo deles lá embaixo, iluminado por suas lâmpadas, é tão necessário para o mundo da superfície, da luz do dia, como a raiz é necessária para a flor.

George Orwell. **O caminho para Wigan Pier**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (com adaptações).

Em relação às ideias do texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 O texto contrapõe duas dimensões distintas: a subterrânea, caracterizada pelo trabalho árduo dos mineiros em meio à completa escuridão, e a da superfície, exposta à luz do dia.
- 2 Infere-se do texto que, em geral, as pessoas que não trabalham nas minas estão alienadas, de modo presumivelmente deliberado, do trabalho dos mineiros.

- 3 De acordo com o texto, o carvão é imprescindível porque as atividades humanas, em sua quase totalidade, dependem do uso desse material, sejam elas banais ou importantes, pacíficas ou perigosas.

Julgue os itens subsequentes, relativos a aspectos linguísticos do texto CG1A1.

- 4 No último período do texto, o termo “como” exprime noção de causa, ao introduzir uma oração que indica a razão pela qual o mundo subterrâneo é tão necessário ao mundo da superfície.
- 5 No texto, o vocábulo “irrompe” (sexto período do primeiro parágrafo) está empregado com o mesmo sentido de **desponta**.
- 6 A expressão “do contrário” (sétimo período do primeiro parágrafo) apresenta valor condicional na oração em que se insere.
- 7 No oitavo período do primeiro parágrafo, o emprego do subjuntivo em “aconteça”, que expressa uma hipótese, decorre do uso de “for”, também flexionado no subjuntivo.
- 8 No último período do primeiro parágrafo, a flexão da forma verbal “sabemos” na primeira pessoa do plural expressa um tipo de concordância ideológica, em que essa forma verbal concorda com um elemento implícito, no qual se inclui o próprio autor do texto.
- 9 No trecho “É apenas ‘carvão’, algo que eu preciso ter, uma coisa escura que chega misteriosamente, vinda de nenhum lugar em especial” (último período do segundo parágrafo), as vírgulas empregadas separam elementos que exercem a mesma função sintática.
- 10 O emprego das aspas em ‘precisamos de carvão’ (último período do primeiro parágrafo) tem a finalidade de indicar que esse trecho é uma citação direta de uma fala coletiva popularmente conhecida, da qual o autor se utiliza para se posicionar a favor da exploração do minério de carvão.
- 11 No segmento “cheirando a piche” (segundo período do segundo parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” é opcional.
- 12 Feitos os devidos ajustes de iniciais maiúsculas e minúsculas, a correção gramatical e a coerência do terceiro período do segundo parágrafo seriam preservadas caso se suprimissem os vocábulos “É” e “que”.

For the first time, 2025 will see quantum computers leave labs and research institutions and actually deploy into the networks and data centers of real-world customers. For quantum computing companies, this will be a real test of steel.

It's one thing to have a groundbreaking, powerful quantum computer that only works on its very best day — when the lab conditions are perfect and when the team of PhDs operating it are at the top of their game. But the reality is that quantum computers need to work on their worst days too — in the real world, in real organizations. The quantum computing companies that land on top will be the ones that have built for this challenge since day one.

People tend to hear the words “quantum computing” and jump straight to science fiction or the multiverse. And while it seems daunting, we've actually reached a point where the “quantum” part of quantum computing is the easiest bit — it's the “computing” that is inherently complex. For those on the front lines of building powerful quantum computers, this means it's no longer a physics challenge — it's an engineering one.

Companies won't need to know the ins and outs of quantum computers in order to leverage its unprecedented power — they'll simply benefit from its ability to solve the problems that could never be solved on classical computers.

Internet: <thequantuminsider.com> (adapted).

Regarding the text, judge the following items.

- 13 In the sentence “the ‘quantum’ part of quantum computing is the easiest bit”, the word “bit” is used to indicate an insignificant detail.
- 14 In the first paragraph, the idiomatic expression “a real test of steel” conveys the idea of a major challenge ahead.
- 15 Perfecting the physics of quantum computing is the primary challenge for this new kind of computer.
- 16 The success of quantum computing companies will depend on the ability of their team of scientists to deal with daily complaints from final users.
- 17 Users will not need to understand the inner workings of quantum computing to benefit from its power.
- 18 The main goal of quantum computing is improving classical computing power to solve problems faster.

Julgue os itens a seguir, referentes ao Microsoft Office 365, a redes de computadores, à segurança da informação e à inteligência artificial.

- 19 Aprendizado de máquina (*machine learning*) é o processo de treinar um modelo para identificar padrões e fazer previsões ou gerar novos conteúdos com base nas informações processadas.
- 20 No ambiente Microsoft Office 365, por padrão, ao tentar inserir conteúdo da Internet no PowerPoint, é necessário acessar Arquivo > Conta > Privacidade da Conta e marcar a opção Inserir imagens premium.
- 21 No Word do ambiente Microsoft Office 365, texto separado por tabulações pode ser convertido em tabela, para isso, basta selecionar o texto e clicar na opção Tabela, encontrada na guia Inserir.
- 22 O uso do comando "site:melhoresdestinos.com.br "passagem promocional"" em uma pesquisa na Internet restringe os resultados da pesquisa ao site indicado, mostrando apenas conteúdos relacionados a passagens promocionais nesse site.
- 23 *Spyware* é um golpe em que criminosos se passam por organizações confiáveis para obter informações sensíveis, como senhas e dados bancários, por meio de *e-mails* ou *sites* falsos.
- 24 Ao utilizar o OneDrive, os arquivos são armazenados em nuvem, o que permite acesso remoto e sincronização entre dispositivos, como computadores, *tablets* e celulares.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e no Código de Ética da ANM (Instrução Normativa ANM n.º 18/2023), julgue os itens a seguir.

- 25 Conforme o Código de Ética da ANM, nos casos de violação ética de menor potencial ofensivo, caracterizadas pela ausência de dolo, admite-se que a Comissão de Ética oriente o servidor, verbalmente ou por escrito, no sentido de esclarecer as implicações de sua conduta no exercício de suas atividades.
- 26 Para efeito e aplicabilidade das disposições do Código de Ética da ANM, o conceito de servidor tem como características imprescindíveis a prestação de serviços de natureza permanente no âmbito dessa agência e a retribuição financeira em contrapartida aos serviços prestados.
- 27 Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra à vida particular de cada servidor público, razão pela qual os fatos e atos verificados no cotidiano de sua vida privada não poderão influenciar o seu bom conceito na vida funcional.
- 28 O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal prevê, expressamente, que a advertência, a suspensão e a demissão são as penas aplicáveis pela comissão de ética ao servidor público, bem como exige que a sua fundamentação conste do respectivo parecer, assinado pelos seus integrantes, com ciência do faltoso.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os próximos itens.

- 29 O tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais se submete às disposições da LGPD, pois as normas gerais nela contidas são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.
- 30 Segundo a Lei de Acesso à Informação, para o acesso a informações de interesse público, o meio de identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, bem como são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes do pedido de acesso à informação apresentado.
- 31 As informações em poder da ANM, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, podem ser classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, e os prazos máximos de restrição de acesso a elas, conforme essa classificação, vigoram a partir da data de sua produção, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.

Em relação à regulação, às agências reguladoras, à liberdade econômica, à análise de impacto regulatório e à Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória (Decreto n.º 12.150/2024), julgue os itens que se seguem.

- 32** O tempo e os recursos investidos no processo regulatório devem ser alocados conforme o custo unitário estimado da medida em análise, com foco em soluções que atendam às demandas da sociedade.
- 33** O Decreto n.º 10.411/2020 define os custos regulatórios e indica metodologias preferenciais para a realização de suas estimativas.
- 34** Em processos de privatização de serviços de utilidade pública, o Estado abdica de suas funções regulatórias, dando ensejo a processos de desregulamentação.
- 35** Sob um regime de regulação por incentivos, o regulador não está voltado a monitorar os custos incorridos no passado pela entidade regulada.
- 36** A lei que institui a declaração de direitos de liberdade econômica garante ao particular o direito de ser informado sobre o prazo máximo para análise de sua solicitação de ato público de liberação de atividade econômica; passado esse prazo, o silêncio da autoridade será interpretado como aprovação, exceto em casos específicos previstos em lei.
- 37** O modelo de agências reguladoras se opõe ao de Estado produtor, uma vez que o primeiro pressupõe intervenção direta na ordem econômica, enquanto o segundo, a intervenção indireta.

Com base na Lei n.º 13.575/2017 e no Decreto n.º 9.587/2018, julgue os itens a seguir.

- 38** Com a extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a ANM passou a sucedê-lo em obrigações, direitos e receitas, entretanto, quanto às lides em curso, o DNPM foi sucedido pela União, dada a sua legitimidade passiva.
- 39** Suponha que, após fiscalização realizada pela ANM e conclusão de processo administrativo sancionatório, tenha sido constatado que determinada empresa de mineração realizava lavra ilegal, tendo sido apreendidos os equipamentos e as substâncias minerais dela provenientes. Nessa situação, é permitido à ANM, amparada em resolução aprovada por sua Diretoria Colegiada, celebrar termo de ajustamento de conduta com vistas a autorizar que a infratora promova a venda dos bens apreendidos e reverta integralmente o valor da venda à ANM.
- 40** A adoção de propostas de alterações de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos será, em regra, precedida de análise de impacto regulatório (AIR), com informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo, entretanto, caso a AIR não seja realizada, será exigida, ao menos, a disponibilização de nota técnica ou documento equivalente que fundamente a decisão, da Diretoria Colegiada, de optar pela continuidade do procedimento administrativo.
- 41** Considere que a mineradora X, titular de outorga de concessão de lavra de mina exarada pelo ministro de Estado de Minas e Energia, pretenda ceder, onerosamente, a concessão do título minerário à mineradora Y, em virtude de dificuldades financeiras. Nessa situação hipotética, a ANM será responsável por conceder a anuência prévia para a cessão do título minerário.
- 42** A ANM é dirigida pela Diretoria Colegiada, composta por um diretor-geral e quatro diretores, cabendo ao diretor-geral designar, entre os demais integrantes, aquele que assumirá a Direção Geral nas hipóteses de vacância, ausências eventuais e impedimentos legais do diretor-geral.

De acordo com a Lei n.º 13.848/2019, julgue os itens seguintes.

- 43** O regimento interno da ANM deve dispor sobre a operacionalização da análise de impacto regulatório (AIR) em seu âmbito de atuação.
- 44** Ainda que entenda pela não edição de determinado ato normativo, a ANM deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a sua decisão.

Considerando a proposição *P*: “Não prometo que você voltará, e, se voltar, não será o mesmo.”, julgue os itens seguintes, em relação a aspectos da lógica sentencial dessa proposição.

- 45** A proposição *P* é equivalente a “Não prometo que você voltará, e, se você for o mesmo, não voltará.”.
- 46** Se os valores lógicos das proposições “você voltará” e “você será o mesmo” forem verdade para ambas, então, nesse caso, a proposição *P* será falsa independentemente do valor lógico de qualquer outra proposição simples constituinte de *P*.
- 47** A negação da proposição “Não prometo que você voltará” pode ser expressa por “Prometo que você não voltará”.
- 48** A tabela-verdade referente à proposição *P* possui mais de 15 linhas.

Em pesquisa realizada com 300 jovens de idade entre 15 e 29 anos, verificou-se que o número dos que estudam e trabalham é igual ao dos que não estudam e não trabalham; também, que o número dos que estudam é igual ao dos que trabalham.

Considerando essas informações, julgue os itens subsecutivos.

- 49** As informações apresentadas permitem inferir que o número dos jovens com idades entre 15 e 29 anos que estudam ou trabalham é maior que o dos que não estudam nem trabalham.
- 50** Selecionando-se ao acaso um dos jovens que participaram da pesquisa, a probabilidade de ele estudar é de 50%.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens que se seguem, a respeito de direitos e garantias fundamentais, controle de constitucionalidade e poder legislativo, conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 51 Encerrados os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito e encaminhado seu relatório ao órgão competente, cabe aos parlamentares e ao Ministério Público postular diretamente a continuidade de diligências perante o Poder Judiciário.
- 52 O exercício do controle preventivo de constitucionalidade, por meio do mandado de segurança por violação material, apenas é admitido quando houver flagrante violação às cláusulas pétreas previstas no art. 60, § 4.º, da CF e desde que haja qualquer margem de dúvida ou espaço para a apreciação legítima do Poder Legislativo sobre o objeto da pretendida deliberação.
- 53 A incidência do art. 5.º, inciso XL, da CF, que impede a lei penal de retroagir, exceto para beneficiar o réu, está condicionada à atuação do legislador ordinário por constituir norma constitucional de eficácia limitada.
- 54 É incabível ação direta de inconstitucionalidade para questionar a validade de atos normativos de natureza secundária e cuja função seja regulamentar dispositivos infraconstitucionais.

Julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à Defensoria Pública, à advocacia pública e ao poder constituinte.

- 55 Ofende a autonomia administrativa da Defensoria Pública a decisão judicial que determina que o funcionamento do órgão ocorra em sistema de plantão ininterrupto de 24 horas.
- 56 É lícito ao poder constituinte decorrente ampliar o rol de autoridades sujeitas a convocação pelo Poder Legislativo estadual.
- 57 A legitimidade ativa da Defensoria Pública para propor ações coletivas está condicionada à comprovação, ao tempo do ajuizamento da demanda, de que pessoas necessitadas serão afetadas pelos resultados advindos do julgamento da causa.
- 58 Ainda que inexistia previsão constitucional expressa, os procuradores municipais estão submetidos ao teto de 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.

No que diz respeito ao sistema administrativo, aos atos administrativos, às parcerias público-privadas e ao tombamento, julgue os itens a seguir.

- 59 Nos casos de tombamento geral, não se faz necessário procedimento para individualização do bem imóvel, de modo que as restrições estabelecidas na lei se aplicam a todos os que tenham imóvel na área tombada.
- 60 No Brasil, é adotado o sistema administrativo inglês, no qual todos os atos administrativos podem ser resolvidos pelo Poder Judiciário, cujas decisões gozam de definitividade.
- 61 A previsão legal que dispensa a apresentação, pelo parceiro privado, de orçamentos detalhados, com os quantitativos e os preços unitários, nas parcerias público-privadas impede que o tribunal de contas determine a apresentação de documentos detalhados relativos à construção de obra pública, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de sobrepreço e superfaturamento na contratação.
- 62 A administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade, independentemente de contraditório, mesmo quando interferirem na esfera jurídica de interesses individuais de seus administrados, haja vista a prevalência do interesse público sobre o privado e o princípio da legalidade.

Em relação ao processo administrativo, ao sistema de registro de preços, aos agentes públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 63 Considere que, durante operação policial em uma comunidade, tenha sido dado um disparo de arma de fogo, que atingiu fatalmente um morador da comunidade, e que a perícia tenha sido inconclusiva quanto à origem do projétil. Nessa situação, configura-se a responsabilidade civil do Estado pela morte do referido morador.
- 64 No âmbito da administração pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- 65 A alteração constitucional que revogou a exigência de regime jurídico único para os servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios encontra-se suspensa por decisão do STF que a considerou inconstitucional.
- 66 É vedado o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, quando for a primeira licitação para o objeto.

A respeito da pessoa natural e jurídica, do negócio jurídico e da prescrição, julgue os itens que se seguem.

- 67 Será considerada ilícita a condição que privar o negócio jurídico de todo o efeito.
- 68 Ajuizada a ação por um dos credores solidários, a prescrição será interrompida para os demais apenas se a obrigação for indivisível.
- 69 Se uma pessoa tiver mais de uma residência, qualquer uma delas será considerada seu domicílio.
- 70 Em qualquer hipótese, os atos dos administradores obrigam a pessoa jurídica.

Julgue os itens seguintes, referentes a obrigações, contratos, responsabilidade civil e direitos reais.

- 71 É vedado ao usufrutuário usufruir de prédio mediante arrendamento sem expressa autorização do proprietário.
- 72 Em se tratando de emancipação voluntária, os pais continuarão responsáveis pelos atos praticados pelo filho menor emancipado.
- 73 Na obrigação a termo, o pagamento antecipado por devedor solvente configura enriquecimento sem causa para o credor.
- 74 A penhora da coisa consignada pelos credores do consignatário exige o pagamento integral do preço.

Considerando as regras da legislação trabalhista, a doutrina e a jurisprudência do TST em matéria do direito do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 75** Segundo a jurisprudência consolidada do TST, a garantia da estabilidade provisória da gestante, mesmo nos contratos por prazo determinado, baseia-se, entre outros fundamentos, na proteção da garantia constitucional da dignidade da pessoa humana não só da empregada gestante, mas também do nascituro.
- 76** Suponha que um indivíduo tenha sido contratado como comissionista por determinada empresa e que, passados seis meses desde a sua contratação, ele tenha percebido que não estava recebendo remuneração pelos dias de repouso semanal e feriados. Nessa situação, a conduta da empresa está correta, pois empregados comissionistas não têm direito à remuneração do repouso semanal e dos dias de feriado.
- 77** Quanto ao direito de férias, o período aquisitivo corresponde aos doze primeiros meses de trabalho do empregado; passados esses doze meses, o empregado adquire o direito às férias, iniciando-se, assim, o período concessivo, equivalente aos próximos doze meses, no decorrer dos quais o empregado deverá gozá-las, caso contrário, o empregador estará dispensado de remunerar em dobro os dias de férias gozados após tal período legal de concessão.
- 78** As normas coletivas constituídas pelas categorias profissional e econômica, isto é, as convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho, respectivamente, não têm prevalência sobre a lei, mesmo que cumpridas as formalidades exigidas na legislação trabalhista, sendo válidas desde que a não contrariem.
- 79** Para que o empregador possa proceder a alterações no contrato de trabalho do empregado, é necessária a obediência a, pelo menos, uma das seguintes condições: o consentimento mútuo, visto que o contrato de trabalho só pode ser alterado bilateralmente; ou a ausência de prejuízos diretos ou indiretos ao empregado.
- 80** Certas mudanças na estrutura jurídica da empresa empregadora podem afetar direitos trabalhistas já incorporados pelos trabalhadores, sem violação à legislação trabalhista.
- 81** O empregador é um dos sujeitos que compõem o instrumento do contrato de trabalho e que assume o risco do negócio, admitindo funcionários, assalariando e dirigindo todo o contexto da relação laboral.
- 82** Tanto a suspensão quanto a interrupção do contrato de trabalho são situações em que o contrato fica temporariamente paralisado, sendo a principal diferença entre esses institutos o fato de que, na suspensão, o empregado não recebe salário, enquanto, na interrupção, ele o percebe normalmente.

Acerca dos recursos no processo do trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 83** De acordo com o entendimento do TST, o recurso ordinário interposto contra despacho monocrático que indefere a petição inicial de ação rescisória pode, pelo princípio de fungibilidade recursal, ser recebido como agravo regimental.
- 84** Decisão contrária à fazenda pública e fundada em orientação jurisprudencial do TST não se sujeita ao duplo grau de jurisdição, segundo a jurisprudência desse tribunal superior.
- 85** Não se admite recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- 86** Na execução trabalhista, é cabível agravo de petição, devendo o agravante delimitar, de forma justificada, as matérias e os valores impugnados.

Acerca do mandado de segurança e da ação rescisória no processo do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 87** Conforme o entendimento do TST, é ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, sendo cabível o mandado de segurança para a realização da perícia, independentemente do depósito.
- 88** A ação rescisória trabalhista se sujeita ao depósito prévio de 5% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
- 89** Segundo o TST, a procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista autoriza a propositura de ação rescisória e a impetração de mandado de segurança.
- 90** Não é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.

De acordo com a Lei n.º 11.419/2006, julgue os itens a seguir, relativos ao processo judicial eletrônico.

- 91** Para a identificação inequívoca do signatário, é imprescindível que sua assinatura eletrônica seja baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, na forma de lei específica.
- 92** Para fins de tempestividade e atendimento do prazo processual, a petição eletrônica deverá ser transmitida até o final do horário do expediente forense do último dia do prazo.
- 93** O processo judicial eletrônico aplica-se às ações penais de competência do tribunal do júri.
- 94** Para a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico, é obrigatório o credenciamento prévio do interessado no Poder Judiciário, e as intimações dos cadastrados feitas eletronicamente em portal próprio dispensam a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

Julgue os itens seguintes, acerca das práticas processuais eletrônicas no Poder Judiciário brasileiro.

- 95** Uma das peculiaridades do processo judicial eletrônico é a ausência de contagem de prazo em dobro para a manifestação de litisconsortes com diferentes procuradores.
- 96** Não é válida a intimação da fazenda pública por meio de publicação na imprensa oficial, caso não haja cadastro da fazenda na administração do tribunal, por ofensa à sua prerrogativa processual de ser intimada pessoalmente.
- 97** O registro de ato processual eletrônico deve ser feito em padrões abertos e atender ao requisito da temporalidade.
- 98** O réu revel, independentemente de estar representado por advogado cadastrado no portal eletrônico, deve ser intimado de ato decisório por meio da publicação em órgão de imprensa oficial, não sendo suficiente a mera publicação em cartório.

Acerca das funções da administração, julgue os próximos itens.

- 99** O controle é a função da administração responsável por certificar que os atos dos membros da organização a conduzem, de fato, aos objetivos estabelecidos e envolve estabelecer padrões de desempenho, medir o desempenho atual, compará-lo com os padrões estabelecidos e, caso sejam detectados desvios, executar ações corretivas.
- 100** A função da administração denominada direção tem o papel de arrumar e distribuir, de forma eficaz, o trabalho, a autoridade e os recursos entre os membros da organização, com a finalidade de assegurar o alcance dos objetivos propostos.

No que tange ao processo de planejamento nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 101** O *balanced scorecard* pode ser considerado um sistema de gestão que traduz a estratégia da empresa em objetivos, medidas, metas e iniciativas de fácil entendimento pelos participantes de uma organização, fornecendo, ainda, uma visão de valor para seus *stakeholders*.
- 102** A razão da existência de uma organização, englobando seu objetivo maior, é expressa em sua declaração de missão, que, além de funcionar como um guia para as ações e decisões corporativas, pode ser muito importante para unificar os esforços de seus membros.
- 103** O planejamento tático de uma organização consiste em um processo de tradução e interpretação das decisões operacionais em planos estratégicos no nível institucional.

Julgue os itens a seguir, referentes a estrutura organizacional e tipos de departamentalização.

- 104** A departamentalização por localização geográfica ou territorial é especialmente indicada quando as circunstâncias externas demandam a necessidade de ajustamento às condições e necessidades locais ou regionais específicas, mas pode ser um tipo de departamentalização mais oneroso, ao requerer duplicação de certos tipos de recursos, como instalações, maquinários ou mesmo postos de trabalho.
- 105** A estrutura organizacional constitui o modo como as atividades e os cargos de uma organização são divididos, organizados e coordenados, indicando as relações formais de subordinação, e pode ser representada visualmente por meio de um fluxograma.

No que se refere à administração de recursos humanos, julgue os itens subsequentes.

- 106** *Business partner* (parceiro de negócio) é uma estratégia que se propõe a aproximar a área de recursos humanos das demais áreas da organização, mediante o compartilhamento dos objetivos estratégicos da instituição e ações de forma colaborativa, porém sua aplicação não é possível no setor público, porque as atribuições dos cargos públicos são definidas previamente em lei.
- 107** O líder de recursos humanos deve, cada vez mais, atuar verticalmente no recrutamento, na seleção, no fechamento das folhas de pagamento, na capacitação e em suas demais especialidades de gestão de pessoas, a fim de enfrentar os desafios da área.
- 108** Em contextos de complexidade e de incerteza, as metodologias ágeis podem ser utilizadas pelas áreas de recursos humanos como forma de atingir resultados mais focados no usuário, com pequenas entregas, de modo que o produto ou serviço vá-se ajustando durante o processo de desenvolvimento.

Certa organização está estruturada em modelo tradicional, com áreas independentes, que têm dificuldade na comunicação entre si e com seus usuários. A estratégia corporativa não é repassada aos funcionários, restringindo-se aos poucos executivos das diretorias, que acreditam na implantação da estratégia no modelo *top-down*. A área de recursos humanos é constantemente demandada passivamente pelas outras áreas, que reclamam de morosidade no atendimento aos pedidos de seleção, do envio de funcionários com perfil inadequado, de capacitações ineficientes, segundo os gestores, e da falta de avaliações de reação e transferência (comportamento) das ações educacionais. São constantes os conflitos pessoais entre funcionários e entre seus valores e os valores da instituição.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- 109** Quaisquer conflitos nas organizações devem ser combatidos, pois representam um empecilho à implantação da estratégia.
- 110** No caso em apreço, para enfrentar os conflitos, seria adequada a realização de uma capacitação a distância, de caráter expositivo, sobre conflitos, bem como a aplicação de avaliação de reação, no terceiro nível de Kirkpatrick, a fim de demonstrar os resultados obtidos com o programa de capacitação, após o retorno dos funcionários ao trabalho.
- 111** Na implementação de uma estratégia corporativa efetiva para essa organização, é imprescindível que se entenda a cultura atual e se prospecte a desejada, definindo-se os comportamentos fundamentais para o alcance dos objetivos estratégicos e a forma como a organização pode reforçá-los.
- 112** A gestão estratégica de pessoas baseada em competências pode ser utilizada pela organização para o mapeamento do perfil mais adequado para determinadas atribuições predefinidas e advindas do plano estratégico; ao identificar previamente as necessidades de conhecimentos, habilidades, atitudes e entregas, a área de recursos humanos poderá se tornar mais proativa e estratégica diante das demandas de seleção e capacitação.

João é servidor público efetivo da ANM e desempenha a função de fiscalização da exploração e do aproveitamento de recursos minerais. No exercício dessa função, João solicitou à empresa mineradora X o pagamento de propina, em dinheiro, para não fiscalizar as atividades minerárias da referida empresa, a qual, por sua vez, não cedeu ao assédio de João e recusou-se a efetuar o pagamento da propina solicitada. Mesmo sabendo da regularidade das atividades da empresa mineradora X, e sem que houvesse justa causa fundamentada, João decidiu, em retaliação, instaurar processo administrativo fiscalizatório, com escopo amplo e irrestrito, contra a empresa. Em razão desses fatos, a empresa formalizou denúncia à unidade setorial de correição da ANM, expondo o ocorrido. A denúncia foi devidamente acompanhada dos indícios de autoria e materialidade dos fatos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, à luz das Leis n.º 8.429/1992, n.º 12.813/2013 e n.º 13.869/2019 e da Portaria Normativa CGU n.º 27/2022.

- 113** As condutas de João não configuram ato de improbidade administrativa nem conflito de interesse.
- 114** Ao ter instaurado processo administrativo fiscalizatório sem justa causa fundamentada, João praticou crime de abuso de autoridade, sendo admitida, na inércia do Ministério Público, a propositura de ação penal privada subsidiária da pública pela empresa mineradora X.
- 115** A denúncia formulada pela empresa mineradora X será remetida ao Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), para a apreciação da sua admissibilidade, e, havendo juízo positivo, ela retornará à unidade setorial da ANM para o devido processamento.

- 116** Admitida a denúncia apresentada pela empresa mineradora X, será instaurado procedimento investigativo prévio, o qual, a depender do seu resultado, poderá ser convertido em processo correccional em desfavor de João.
- 117** Caso a empresa mineradora X quisesse evitar novas retaliações de João, ela poderia legitimamente valer-se da denúncia anônima, que se submete aos mesmos requisitos e procedimentos da denúncia com autor identificado.

Acerca da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, julgue os itens subsequentes, com base na Lei n.º 12.846/2013, na Portaria Normativa CGU n.º 27/2022 e no Decreto n.º 11.129/2022.

- 118** No curso do processo administrativo de responsabilização (PAR), o acordo de leniência pode decorrer de proposta inicial apresentada pela autoridade do órgão competente ou da manifestação da pessoa jurídica sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- 119** No âmbito do processo administrativo de responsabilização (PAR), dependem de autorização judicial a medida de busca e apreensão necessária para a investigação e o processamento das infrações, bem como a utilização de prova emprestada, quando oriunda de processo judicial.
- 120** No processo administrativo de responsabilização (PAR), é possível a apuração conjunta de ato lesivo previsto na Lei n.º 12.846/2013 e de infração administrativa praticada em licitações, desde que ela também seja tipificada como ato lesivo na referida lei e a autoridade competente para o julgamento das duas infrações seja a mesma.

Espaço livre
